



OS NEOFASCISMOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. UM DIÁLOGO COM ODILON CALDEIRA NETO

Neo-Fascisms in Brazil and Latin America. A Dialogue with Odilon Caldeira Neto

Larissa Jacheta Riberti^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9695-7709>

E-mail: larissa.riberti@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de História do Ceres, Caicó, RN, Brasil.

DEBATE

NEOFASCISMO NO BRASIL/NEO-FASCISM IN BRAZIL/NEOFASCISMO EN BRASIL

RESUMO

O artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo com Odilon Caldeira Neto, autor de “Neofascismo no Brasil, do local ao global?”. Nesse sentido, o artigo propõe debater alguns elementos que possam ser incorporados como fundamentais para o entendimento do neofascismo e das extremas direitas no Brasil e na América Latina. Tais fenômenos parecem recuperar características comuns também aos fascismos clássicos, além de elementos singulares que expressam as condições históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, próprias dos contextos nos quais tais experiências se expressam.

PALAVRAS-CHAVES

Neofascismo. Brasil. América Latina.

ABSTRACT

In this article we seek to establish a dialogue with Odilon Caldeira Neto, author of “Neofascism in Brazil, from local to global?”. Therefore, we propose to discuss some elements that can be incorporated as fundamental to the understanding of neo-fascism and the extreme right in Brazil and Latin America. These phenomena seem to recover characteristics that are also common to “classical fascisms”, in addition to elements that express the historical, social, cultural, political, and economic conditions, typical of the contexts in which such experiences are expressed.

KEYWORDS

Neo-fascism. Brazil. Latin America.

A transição dos séculos XX e XXI tem sido marcada pela ascensão de grupos, partidos e governos que conjugam propostas e ideologias políticas em geral categorizadas como de “extrema direita”, “ultradireita” e/ou “neofascistas” em várias partes do mundo. Dentre os exemplos que podemos citar estão o de personagens como Donald Trump, nos Estados Unidos, Marine Le Pen, na França, Matteo Salvini, na Itália, Volodymyr Zelensky, na Ucrânia, Viktor Orban, na Hungria e Jair Bolsonaro, no Brasil. Além disso, podemos citar grupos como o FPÖ, na Áustria, o Vlaams Belang, na Bélgica, os partidos ultradireitistas e de características anticomunistas declaradas Vox, na Espanha, e Chega, em Portugal.

Na América Latina, o fenômeno da ascensão dos neofascismos é identificado por alguns estudiosos, como Carlos Figueroa Ibarra e Octavio Velador (2021), em sua vinculação com o declínio de governos progressistas, além da ênfase ao anticomunismo e os ataques diretos aos grupos de esquerda. Além disso, destacam esses autores, as extremas direitas do século XXI fazem uso de táticas golpistas e neogolpistas para prevalecer seus interesses. Exemplos desse tipo podem ser encontrados não apenas no Brasil marcado pela ascensão de Bolsonaro, mas no México, com a Frente Anti AMLO (FRENA), na Bolívia, com o Comité Cívico Santa Cruz, na Acción Republicana do Chile, na Fundación Contra el Terrorismo, da Guatemala, e no grupo Voluntad Popular e outros setores golpistas antichavistas na Venezuela (IBARRA; VELADOR, 2021).

Essa realidade tem ensejado, nos últimos anos, esforços significativos de pesquisadores que tentam definir traços que possam auxiliar na identificação de grupos, comportamentos, programas de governo ou lideranças de extrema direita que propagam ideias e inspirações neofascistas. Longe de criar uma “régua” que balize o que pode ou não ser enquadrado como “neofascista”, os esforços se conjugam para tentar impedir generalizações e a utilização banalizada do termo, e para construir uma visão mais realista e racionalizada dos fenômenos políticos e históricos que nos cercam.

No Brasil, por exemplo, o uso da palavra “fascista” se tornou ostensivo e, de certa forma vulgarizado, principalmente em postagens de redes sociais, no contexto que marcou a ascensão e a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, quando ele ainda era filiado ao Partido Social Liberal. Seu plano de governo naquele momento, que incorporava o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, continha propostas de conteúdo fundamentalista, extremamente nacionalistas e neoliberais, na medida em que apoiava ações que tornavam seletivo o exercício da cidadania e hierarquizavam grupos sociais como mais ou menos merecedores de direitos. A alcunha “fascista” também foi associada ao líder em função das conhecidas declarações machistas, racistas, xenofóbicas e homofóbicas motivadas por um evidente ódio e desprezo pelas minorias.¹ Ao longo de seu mandato, a característica “neofascista” de seu governo foi se moldando de forma mais acabada, à medida que sua atuação passou a ser cada vez mais arbitrária, violenta e aparelhadora e contou com um grupo fiel de seguidores que, nas ruas e nas redes, propagou os elementos de sua ideologia e prática políticas.

¹ Foram várias as ocasiões em que Bolsonaro proferiu discursos de ataque à determinados grupos sociais. Em 2011, quando cumpria um de seus mandatos como Deputado Federal, Bolsonaro disse ao jornal “O Tempo” que “nós temos de legislar para a maioria, e não para a minoria. A minoria tem de se curvar, obedecer, e ponto final”. A frase fazia referência ao posicionamento do STF que reconheceu aos casais homossexuais os mesmos direitos que se aplicam à união estável entre pessoas de sexo diferente. Na mesma entrevista, Bolsonaro exprime opiniões violentas sobre homossexuais, sobre um suposto preconceito com heterossexuais e sobre a existência do “kit gay”, material que estimularia crianças a adolescentes a se converterem à homossexualidade e que estaria sendo distribuído nas escolas. FADUL, Telmo. Entrevista “A minoria tem que se curvar”. *O Tempo*. 22 maio 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>

Em seu artigo “O neofascismo no Brasil, do local ao global?” Odilon Caldeira atende ao desafio de tentar racionalizar as operações de análise para entender em que medida determinadas lideranças, grupos e partidos podem ser classificados enquanto “neofascistas” no Brasil e na América Latina. Uma das problemáticas ensejadas pela ascensão dos neofascismos na região é justamente a de responder qual o grau de influência dos fascismos clássicos na construção de agendas, programas, discursos símbolos e ações dos atuais movimentos e personagens. Uma premissa imprescindível para responder a tal pergunta, portanto, é considerar que os fascismos devem ser entendidos a partir de sua transnacionalidade.

Sobre o assunto, vale abrir um parêntese para destacar que o debate sobre a existência ou não de fascismos fora da Europa nem sempre resultou em análises preocupadas em ampliar o escopo de interpretação e recuperar as experiências em contextos internacionais. Autores como Stanley Payne (2014), Robert Paxton (2007), Emilio Gentili (2004) defenderam a impossibilidade de que fenômenos fascistas pudessem ocorrer em outros continentes, já que o que se identificou foram movimentos de inspiração fascista pouco difundidos e com pouca capacidade de serem incorporados pelas massas. Payne (2014, p. 105) afirma que “en América Latina no hubo sino unos pocos movimientos específicamente fascizantes, y el único que gozó de éxito fue el equívoco fenómeno del peronismo”. Para o autor, algumas das razões que impediram o surgimento de fascismos “reais” na região foram a falta de mobilização política das classes sociais, o caráter não competitivo dos nacionalismos, um elitismo patronal que se manifestava na capacidade dos grupos dominantes e menos radicais em reprimirem o nacionalismo revolucionário, a composição multirracial da maioria das sociedades e a dominação política dos militares (p. 104).

A afirmativa pode ser facilmente questionada se recuperarmos trabalhos como o de Héglio Trindade (1974), que analisa a formação da Ação Integralista Brasileira na década de 1930 e a sua transformação em organização política de massas. Além de contar com milhares de integrantes, a AIB reuniu um aparato que expressou símbolos e discursos fascistas, tais quais a adoção da letra grega Sigma (como equivalente da Suástica), o uso do lema “Deus, Pátria e Família”, do termo “Anauê” como forma de saudação, bem como a utilização de camisas verdes para distinguir seus membros a partir de uma vestimenta em comum. Gabriela de Lima Grecco e Leandro Pereira Gonçalves (2022, p. 7-8) também fornecem outros elementos históricos que atestam a existência de movimentos e grupos fascistas para além da Europa. São eles o Partido União Revolucionária, do Peru, os “Camisas Doradas” do México, que tinham como lema “Pela Pátria e pela Raça”, o Movimento Nacional-Socialista chileno e a Falange Socialista Boliviana. Por fim, Fabio Bertonha (2013) descreve os fascismos na América Latina como “movimentos autóctones” que caracterizam um fenômeno internacional diverso, cujas condições locais determinaram as possibilidades desses mesmos movimentos evoluírem em partidos mais estruturados e populares e, assim, chegarem ao poder (BERTONHA, 2013, p. 32).

Odilon Caldeira ressalta que um dos pressupostos das investigações que assumem o caráter transnacional dos fascismos e que buscam entender as características das extremas direitas, é dialogar diretamente com o desenvolvimento de estudos sobre os chamados “fascismos clássicos”, ou seja, aqueles ocorridos no entreguerras. Esse diálogo, portanto, torna-se fundamental para entender a emergência dos neofascismos em contextos históricos mais recentes e escapar das interpretações reducionistas.

Sobre o fenômeno do neofascismo no Brasil, Caldeira destaca duas questões fundamentais, sendo a primeira delas justamente a necessidade de compreender o “estatuto próprio” de seu desenvolvimento. Isso implica considerar que o neofascismo não foi simplesmente um reprodutor dos resquícios do fascismo clássico e de suas redes globais ou transnacionais. Essa primeira questão me parece de suma importância, visto que a construção

de uma experiência neofascista no Brasil, manifestada principalmente por grupos de extrema direita, enseja a utilização de novos discursos, símbolos e práticas, bem como novas metodologias e instrumentos – como as redes sociais, por exemplo – para alcançar e ser incorporada pelas massas. Além disso, Caldeira defende que o “aspecto transnacional do neofascismo tem ritmos e esferas próprias, fruto de aspectos conjecturais e das ambições de grupos e lideranças neofascistas, assim como de afinidades temáticas mais ou menos pontuais”. Isso pressupõe pensar que a forma como grupos, líderes e a agenda neofascista se constrói depende de uma realidade objetiva, formada por condições culturais, materiais, econômicas e sociais que variam profundamente a depender do contexto ao qual estão inseridas. Por isso, em grande medida, o que observamos no Brasil é a eclosão de um neofascismo cuja organização utiliza estratégias políticas que fomentam na opinião pública uma ideia de crise política e econômica incontornável, cuja solução pressuporia negar a cultura política e as instituições construídas até então, além de promover a ascensão de um novo líder.²

De forma a organizar como se reproduzem os neofascismos no contexto brasileiro das últimas décadas, Odilon Caldeira divide a experiência nacional em três momentos. O primeiro, que vai dos anos 1980 e 2000, é marcado pela atuação de grupos neonazistas, neointegralistas e negacionistas do holocausto. Já a partir dos anos 2000, os grupos neointegralistas ocupam destaque no cenário neofascista brasileiro, na medida em que eles reivindicam na atualidade uma espécie de verdadeira representação do integralismo e do fascismo “original”. Esse período também é marcado por um refluxo nas atividades negacionistas, especialmente em função das questões jurídicas, além de um recuo na capacidade de organização e ação de grupos neonazistas. Já a década de 2010 mostra a consolidação de um tipo de neofascismo que passa a ser amplamente diversificado e radicalizado, inclusive como reflexo do surgimento de uma nova direita radical sintetizada, segundo Caldeira, em parte por grupos envolvidos com o processo eleitoral de Jair Bolsonaro.

Assim, os neofascismos das últimas décadas revelam a capacidade de grupos, líderes e partidos de extrema direita de incorporarem, ao mesmo tempo, características do fascismo histórico – nacionalismo, autoritarismo, a negação dos sistemas políticos, o emprego necessário da violência – e elementos novos, característicos de uma nova direita radical. Tais elementos novos, como o negacionismo e a metapolítica, são importados pelas extremas direitas brasileiras através da interlocução com autores europeus que pregam a chamada “quarta teoria política”, de Aleksander Dugin,³ bem como àqueles associados à “Nova Direita Europeia”.

Para ampliar o diálogo proposto nesse artigo, sugiro avançar no marco cronológico proposto por Odilon Caldeira e elencar aqui alguns elementos históricos que me parecem imprescindíveis para entendermos o que podemos chamar de “reconfiguração” do neofascismo no Brasil e na América Latina a partir de 2010. Em primeiro lugar, a região vem sendo fortemente marcada pela interrupção – violenta e golpista, em muitos casos – dos projetos progressistas que conformaram a chamada “maré rosa” na primeira década do século XXI. Caracterizada pela ascensão de governos de esquerda ou oriundos de coalizões que

² Esses “novos líderes”, como Donald Trump e Volodymyr Zelensky, são comumente chamados de “outsiders” e são personagens cujos discursos podem, muitas vezes, negar a validade das práticas e instituições políticas tradicionais ou ulteriores à sua aparição. Assim, a figura de outsider apoia-se na crítica aos políticos “tradicionais” e apresenta-se como uma alternativa a um descontentamento generalizado que pode ser causado por momentos de crise econômica ou política. O sucesso desses “outsiders” se dá, em grande medida, porque eles acabam sendo classificados como *anti-establishment* e/ou populistas e essas características tendem a ser mais importantes do que a falta de experiência política que possuem. (BARR, 2009).

³ Em linhas bastante gerais, a Quarta Teoria Política é a tentativa de construir um corpo teórico sólido capaz de lançar as bases para a construção de novas ideologias políticas alternativas e que superem o liberalismo, o comunismo e o nacionalismo.

incorporaram partidos de centro e de esquerda, essa onda foi integrada por países como Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Equador, El Salvador, Chile, consolidando, assim, um ciclo que, ao menos do ponto de vista político, tentou romper com a imposição do modelo neoliberal preconizado pelo Consenso de Washington. De acordo com Santos *et al.* (2020, p. 7):

Além do retorno do Estado e do horizonte pós-neoliberal que encarnaram, estes processos se caracterizaram também pela alta popularidade de suas lideranças, um crescimento econômico baseado no aprofundamento do capitalismo extrativista e na reprimarização exportadora, assim como em uma melhor divisão de renda, com políticas sociais e programas de combate à miséria. Novos atores políticos e até novas formas de fazer política surgiram a partir dessa conjuntura, com posicionamentos diversos, muitas vezes em contraposição ao conservadorismo e ao neoliberalismo.

Armando Boito (2020) ressalta que, se no Chile e na Argentina, neoliberais e ultraconservadores chegaram ao poder pelo voto popular, no Brasil essa ascensão é capitalizada, principalmente, pelos agentes que participaram do golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff, em 2016. O cenário contribuiu para colocar em movimento forças conservadoras e antidemocráticas, desacreditar o voto popular, a democracia e as instituições, e estimular junto aos meios de comunicação a ideia de uma crise política e econômica incontornáveis. Boito ainda destaca que, se num primeiro momento, o golpe foi organizado por forças políticas tradicionais,⁴ pertencentes aos quadros da direita ou de setores de centro, ele culminou na ascensão de uma extrema direita personificada na figura de Jair Bolsonaro, e legitimada por seus ativistas mais fiéis – militares, representantes de setores do agronegócio e da indústria, líderes evangélicos. Por fim, culminou na coalisão de uma direita neofascista com uma direita tradicional, que conferiu não só coesão ao governo que emergia naquele momento, mas também a consolidação de elementos que configuram uma nova programática política, tais quais a defesa de pautas morais, que se opõem à diversidade sexual e as identidades de gênero, e criminalizam direitos reprodutivos, o retrocesso nos direitos trabalhistas e previdenciários, a imposição de uma doutrina religiosa nas esferas institucionais, a negação da luta de classes, a desqualificação do processo eleitoral, o elogio ao autoritarismo, ao armamentismo e à violência como respostas legítimas para o problema da insegurança pública.

Por sua vez, Ariel Goldstein (2019) situa a ascensão da extrema direita no Brasil num contexto em que os efeitos da crise econômica de 2008 – que chegaram ao Brasil entre 2012 e 2013 – impulsionaram manifestações que evidenciaram um profundo desencantamento com a política tradicional (2019, p. 20). Para o autor, essa foi a expressão de uma divisão existente entre as expectativas da população e a incapacidade das instituições tradicionais de canalizá-las. Assim, a crise do projeto nacional-desenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores, encontra lugar num momento de refluxo de investimentos, queda de popularidade da presidenta e forte oposição de setores conservadores. A esse contexto somam-se fatores históricos como a eclosão da mobilização social em 2013, a realização da Copa do Mundo, as investigações empreendidas no âmbito da Lava Jato e a ascensão de movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Escola Sem Partido de clara tendência reacionária e golpista. As redes sociais e as mídias digitais resultaram ser o terreno em que as batalhas discursivas aconteceram contra o progressismo e o projeto de sociedade representado não apenas pelo PT, mas pelas esquerdas em geral. Em grande

⁴ Destaca-se aqui, por exemplo, a participação de personagens que atualmente encontram-se mais ou menos ocultos no cenário político brasileiro como Aécio Neves e Michel Temer.

medida, foi nas redes em que muito do antigo discurso paranoico e anticomunista, tão característico dos tempos da guerra fria, se reciclou e circulou inclusive entre as novas gerações.

Sobre o assunto, é importante considerar o lugar central que os discursos anticomunistas e antipetistas ocupam na construção da agenda neofascista incorporada por partidos e por grupos de extrema direita no Brasil das últimas décadas. Rodrigo Patto Sá Motta (2019) historiciza o comportamento anticomunista no país no último século, recuperando a forma como o ataque às esquerdas e seus partidos foi sendo instrumentalizados desde pelo menos 1930. Naquele momento, o anticomunismo nutria-se de inspirações fascistas, e era destinado a combater uma possível influência do ideário bolchevique emanado pela União Soviética. Por isso, naquele contexto as representações anticomunistas podiam ser reverberadas por grupos, líderes e movimentos que pertenciam a três vinculações distintas: o cristianismo, o nacionalismo e o liberalismo.

A força com que o anticomunismo se alastrou pela sociedade brasileira no passado pode ser atestada pelo fato de que esse argumento serviu de justificativa para os golpes de 1937 e 1964 (MOTTA, 2019). A crença na ameaça comunista foi um dos elementos mais importantes para a mobilização golpista que depôs João Goulart, sobretudo porque uniu “grupos que tinham divergências em outras questões, por exemplo, liberais e fascistas” (MOTTA, 2019, p. 82).

Os discursos anticomunistas que são reverberados no presente, porém, estão conjugados com um sentimento antipetista que, durante o golpe contra Dilma Rousseff, foi amplificado por setores direitistas e pela mídia tradicional. No contexto atual, em que vivenciamos um processo eleitoral no qual Jair Bolsonaro buscava sua reeleição, o antipetismo parece ter se consolidado como um elemento fundamental que caracteriza o neofascismo no Brasil – ao menos o neofascismo representado pelos bolsonaristas.

De acordo com Motta (2019), a difusão do antipetismo como arma para fomentar o combate à agenda política progressista representada pelo PT e pela esquerda de maneira geral, contou com a participação de lideranças intelectuais importantes, como filósofos, jornalistas e historiadores. O principal deles foi, sem dúvida alguma, Olavo de Carvalho, um filósofo autodidata cujos vídeos foram amplamente divulgados a partir de 2015, no marco das manifestações a favor do “impeachment”. Carvalho se destacou por utilizar métodos de debate político mais agressivos, que atacavam violentamente alvos de esquerda, destruindo sua credibilidade e empregando estratégias de negacionismo e revisionismo histórico para vulgarizar as interpretações sobre o passado, além de desacreditar análises científicas de historiadores e sociólogos.⁵ Os discursos antipetistas buscaram, ainda, conectar os Estados como Cuba e Venezuela aos governos liderados pelo PT. Para isso, foram criadas expressões como “lulocomunismo” e “comunopetismo” que trouxeram, segundo Motta (2019, p. 87), um rendimento propagandístico ímpar pois alimentaram a crença de que os projetos políticos petistas necessariamente conduziram o país ao fracasso de experiências comunistas anteriores.

A conjugação do anticomunismo ao antipetismo, no caso brasileiro, resultou ser um dos argumentos imprescindíveis na construção da figura do “inimigo” cuja existência, segundo os setores de extrema direita, contamina e degenera a sociedade. A eliminação desse inimigo, projetado pelo uso símbolos como a foice e o martelo, pelo vestuário de cor vermelha, por traços físicos, e por comportamentos sexuais ou políticos (feministas, homossexuais, socialistas, anarquistas), impõe-se como tarefa urgente capaz de ser

⁵ Advém dessas estratégias a famigerada equivalência entre nazismo e comunismo, por exemplo. Além disso, os vídeos de Olavo de Carvalho difundiam uma memória elogiosa do período ditatorial, que pregavam a exaltação de militares e torturadores, como o coronel Brilhante Ustra e a vexação de vítimas dos militares.

executada apenas pelas potencialidades reunidas por grupos e partidos específicos. Assim, constrói-se uma agenda de ações e discursos violentos proferidos contra os supostos “inimigos”, e amplamente difundida e defendida pela extrema direita, que passa a ser executada em práticas cotidianas. Para citar algumas delas, podemos recuperar vários casos em que o grupo Escola Sem Partido acusou professores de “doutrinação comunista” em sala de aula, além do ataque direto contra Judith Butler na ocasião em que ela proferiu uma conferência no Brasil (GOLDSTEIN, 2019, p. 23).

É necessário ressaltar que, do ponto de vista internacional, a construção da figura do “inimigo” vai variar conforme o contexto no qual o neofascismo emerge. De acordo com Michael Löwy (2019), em alguns países muçulmanos - por exemplo naqueles em que o Estado Islâmico ascendeu como força política, militar e religiosa hegemônica – cristãos, judeus, yezhidis e praticantes de religiões de matrizes africanas, como o candomblé e a umbanda, tornaram-se o “bode expiatório”. Já em contextos nos quais as extremas direitas lançam programas de combate à imigração – o caso da França, Espanha, Portugal e Estados Unidos – são incorporados discursos e ações que estimulam a xenofobia e o racismo. Em países da América Latina e do Leste Europeu, em geral mais tradicionais e conservadores do ponto de vista das discussões sobre gênero e dos direitos reprodutivos, o ódio pode ser canalizado contra mulheres e comunidades LGBTQIA+.

Apesar dos traços peculiares identificáveis nos muitos neofascismos espalhados pelo mundo, Michael Lowy chama a atenção para características em comum desse fenômeno e que podem ser identificadas também no caso brasileiro. Uma delas é o uso de slogans locais que expressam o componente ultranacionalista, e, portanto, xenofóbico, de tais forças políticas. Nos Estados Unidos de Donald Trump, tornou-se comum o lema “America First”. Já no Brasil de Bolsonaro e dos bolsonaristas, o slogan “Brasil acima de tudo” denota um nacionalismo extremo e que, na prática, nega um país historicamente marcado por desigualdades sociais e raciais profundas.

Assim, os elementos que caracterizam o que parece ser a forma mais lapidada de um neofascismo encampado pelas extremas direitas no Brasil dos últimos tempos mesclam aspectos novos e velhos. Por um lado, a luta contra a corrupção, por exemplo, tão presente nos discursos e bandeiras dos bolsonaristas, recupera uma tradição dos conservadores desde os anos 1940 (LÖWY, 2019). Já a agenda ultra neoliberal das políticas econômicas de Bolsonaro consiste num ponto de divergência em relação a boa parte da extrema direita, em particular a europeia, que denuncia a globalização neoliberal em nome do protecionismo e do nacionalismo econômico. O neofascismo “à brasileira”, que encontra no bolsonarismo a sua principal válvula de escape, incorpora um programa econômico que se alinha aos interesses imperialistas dos Estados Unidos e defende a abertura dos mercados, além de um modelo de privatizações em áreas estratégicas, como a do petróleo, que beira ao entreguismo. Além disso, articulou setores importantes do legislativo nacional, como os partidos de centro, para a aprovação de reformas impopulares que resultaram na redução dos direitos sociais e previdenciários.

Outro traço inegável do neofascismo brasileiro é o uso da religião como elemento aglutinador das massas (LÖWY, 2019) Os discursos proferidos por líderes de Igrejas neopentecostais que defendem um modelo tradicional de família – heterossexual, monogâmico e patriarcal – e que condenam as relações homossexuais, as pautas feministas e as questões de gênero, tiveram relevância substantiva na conquista da aceitação popular. Em grande medida, a defesa da “família”, da “moral” e da “decência” fornece elementos para combater uma sociedade supostamente degenerada e contaminada pelas esquerdas, pelas “ideologias” de gênero e pela imoralidade sexual. Assim, a ascensão do neofascismo faz-se em meio a um contexto golpista em que os evangélicos “voltaram-se contra o mesmo projeto que mais sistematicamente os cortejou e empoderou” (BURITY, 2018, p. 33). Em

outras palavras, esse setor religioso, beneficiado pela expansão da democracia e pela ampliação de direitos que protegeram as diferentes práticas religiosas, passou a combater os governos do PT a partir de uma ideia que tornou irreconciliável qualquer programa político progressista com sua moral religiosa.

Assim, a retomada dos elementos descritos anteriormente revela que, em cada um dos países no qual o fenômeno do “neofascismo” é, de alguma forma, identificável, nota-se que os grupos de extrema direita mobilizam discursos, preconceitos e estereótipos que ajudam na configuração e na definição de um tipo de “inimigo”. Por isso, disponibilizam e legitimam instrumentos para combater um mal que, em sua concepção, é responsável pela destruição e pela degeneração da sociedade. Não seria arriscado, portanto, afirmar que o “neofascismo” expresso no Brasil nos últimos anos se compõe de elementos próprios e contextuais que reconfiguram um “gênero da política moderna” que ainda está bastante alicerçado pelo que Roger Griffin (2003, p. 231-232) considerou ser a tradução de um fascismo:

[...] inspirado pela convicção de que um processo de total renascimento político, social e cultural (palingenesia) se tornou essencial para pôr um fim a um prolongado período de decadência, expressando-se ideologicamente em formas revolucionárias de um nacionalismo.

Por fim, é preciso considerar que as extremas direitas crescem em contextos nos quais supostamente são necessárias “soluções radicais” para a superação de uma crise (GOLDESTEIN, 2019). Sua presença no Brasil e em outros contextos da América Latina também se situa num momento em que as tendências autoritárias do neoliberalismo foram exacerbadas pelo surgimento dos chamados “governos pós-neoliberais”. Nesse sentido, o autoritarismo da extrema direita na região aparece combinado por uma profunda paranoia anticomunista e um trauma que provocaram os triunfos progressistas no marco de uma democracia eleitoral. Por isso, as extremas direitas latino-americanas se demonstram antidemocráticas, autoritárias, anticomunistas, anti “populistas”, racistas, classistas, além de serem favoráveis a acumulação do capital nacional e transnacional através de políticas ultra liberais, e propagar políticas policiais e militares capazes de desatar uma ampla repressão contra opositores (IBARRA; VELADOR, 2021).

O diálogo que se propôs neste artigo, portanto, resultou no avanço da análise sobre a extrema direita no Brasil e na América Latina para além da cronologia proposta primeira por Odilon Caldeira. Com o objetivo de complementar a análise sobre o tema e ampliar sua discussão, buscou-se situar o fenômeno num contexto marcado pelo refluxo dos projetos progressistas, a ascensão de novos elementos que reconfiguram os neofascismos no século XXI e a utilização de novos métodos (as redes sociais), além conteúdos discursivos reciclados (o anticomunismo) e novos (o antipetismo e a moral de um tipo específico de religião). Em grande medida, podem ser esses os fatores que Odilon Caldeira chama “autóctones” em seu trabalho e que denotam as peculiaridades do neofascismo e da composição dos grupos de extrema direita no Brasil, se comparados com os mesmos fenômenos em escala internacional.

REFERÊNCIAS

BARR, Robert R. Populists, outsiders and anti-establishment politics. *Party politics*, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2009.



BEINSTEIN, Jorge. *Neofascismo y decadencia*. Tiempos de peligro. México: Plaza y Valdes, 2018.

BERTONHA, João F. Los fascismos em América Latina. Ecos europeos y valores nacionales en perspectiva comparada. In: ROGGERO, Franco S.; BERTONHA, João F. (orgs.) *El fascismo en Brasil y América Latina: ecos europeos y desarrollos*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

BOITO, Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. *Observatorio Latinoamericano y Caribeño*, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 15-66, 2018.

DE ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Ed.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Editora da Unicamp, 2018.

DE LIMA GRECCO, Gabriela; GONÇALVES, Leandro Pereira. *Fascismos iberoamericanos*. Comercial Grupo ANAYA, 2022.

FADUL, Telmo. Entrevista "A minoria tem que se curvar". *O Tempo*. 22 maio 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/a-minoria-tem-que-se-curvar-1.352269>

FILGUEIRAS, Luiz e DUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. *Marxismo21.org*, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>

GENTILE, Emilio. *Fascismo: historia e interpretación*. Alianza Editorial, 2004.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2019.

GRIFFIN, Roger. Fascism. In: OUTHWAITE, William. *The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought*. Londres: Blackwell Publishers, 2003, p. 231-234.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Press, 1991

GUAMÁN, Adoración; MARTÍN, Sebastián; ARAGONESES, Alfons. *Neofascismo: La bestia neoliberal*. Siglo XXI de España Editores, 2019.

IBARRA, Carlos Figueroa; VELADOR, Octavio Moreno. Derecha posneoliberal y neofascismo en América latina. *Bajo El Volcán. Revista Del Posgrado De Sociología*. BUAP, v. 1, n. 3, 2021.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Serv. Soc., São Paulo*, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LÖWY, Michael. “Neofascismo: um fenômeno planetário—o caso Bolsonaro”. *A terra é redonda*, v. 24, 2019.

MARTÍN, Rafael Domínguez. Crisis orgánica, dependencia y neofascismo periférico en América Latina. Ensayo de presentación e interpretación. *Bajo el Volcán. Revista del Posgrado de Sociología*. BUAP., v. 1, n. 3, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In. BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. *Pensar as direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2021.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007

PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2014

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

ROGGERO, Franco S.; BERTONHA, João F. (coord.). *El fascismo en Brasil y América Latina: ecos europeos y desarrollos*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

SANTOS, Roberto *et al.* Apresentação. In: BORÓN, Atilio *et al.* *América Latina na encruzilhada: Lawfare, golpes e luta de classes*. Autonomia Literária, 2020.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Larissa Jacheta Riberti. Doutora em História Social. Professora Adjunta História Contemporânea. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de História do Ceres, Caicó, RN, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Ayrton Senna, 900, Apto 1201 – C. Bairro: Nova Parnamirim, Parnamirim – RN. Cep: 59151-600

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.



CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Larissa J. Riberti. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de novembro de 2022

Aprovado em: 17 de janeiro de 2023

Como citar: RIBERTI, Larissa J. Os neofascismos no Brasil e na América Latina. Um diálogo com Odilon Caldeira Neto. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 681-692, set./dez. 2022.

